

O EXTRAORDINÁRIO NO ORDINÁRIO: um diálogo com Maria Teresa Santos Cunha

Terciane Ângela Luchese
Maria Teresa Santos Cunha

Resumo

A presente entrevista objetiva construir um diálogo com a pesquisadora Maria Teresa Santos Cunha, reconhecida por suas importantes contribuições para a história da educação, tendo como foco nuances de sua vida. Comparecem à narrativa a trajetória de formação acadêmica, profissional e pessoal, a construção de objetos investigativos, os principais referenciais teórico-metodológicos e as amizades intelectuais que reverberam em parcerias e produções científicas. Pesquisadora, professora, mãe, esposa, mulher e tantos outros papéis sociais habitam as múltiplas camadas do ser feminino em uma vida pulsante, na ego-história desta intelectual potente e sensível. A atenção aos objetos ordinários e cotidianos e a produção científica relevante também estão presentes nesta entrevista, que coloca em evidência a constituição de uma intelectual contemporânea de referência para a história da educação. Este é um convite para pensar a história, a literatura e a educação como paixões investigativas que movem os estudos e a existência da professora Maria Teresa Santos Cunha.

Palavras-chave: mulheres na docência; história da educação; pesquisa em história da educação.

THE EXTRAORDINARY IN THE ORDINARY: a dialogue with Maria Teresa Santos Cunha

Abstract

This interview seeks to establish a dialogue with researcher Maria Teresa Santos Cunha, recognized for her significant contributions to the history of education, focusing on the nuances of her life trajectory. The narrative encompasses her academic, professional, and personal formation, the construction of investigative objects, the primary theoretical-methodological frameworks, and the intellectual friendships that resonate in collaborations and scientific productions. Researcher, professor, mother, wife, woman — and numerous other social roles — inhabit the multiple layers of the feminine being within a pulsating life, in the ego-history of this powerful and sensitive intellectual. Attention to ordinary and everyday objects, alongside relevant scientific production, also feature in this interview, which highlights the constitution of a contemporary intellectual who serves as a reference for the history of education. This is an invitation to reflect upon history, literature, and education as investigative passions that drive both the studies and the existence of Professor Maria Teresa Santos Cunha.

Keywords: women in teaching; history of education; history of education research.

O EXTRAORDINÁRIO NO ORDINÁRIO: um diálogo com Maria Teresa Santos Cunha

Resumen

La presente entrevista tiene como objetivo establecer un diálogo con la investigadora Maria Teresa Santos Cunha, reconocida por sus importantes contribuciones a la historia de la educación, centrándose en los matices de su trayectoria vital. La narrativa abarca su formación académica, profesional y personal, la construcción de objetos de investigación, los principales referentes teórico-metodológicos y las amistades

intelectuales que reverberan en colaboraciones y producciones científicas. Investigadora, profesora, madre, esposa, mujer — y tantos otros roles sociales — habitan las múltiples capas del ser femenino en una vida pulsante, en la ego-historia de esta intelectual potente y sensible. La atención a los objetos ordinarios y cotidianos, así como la producción científica relevante, también están presentes en esta entrevista, que pone de relieve la constitución de una intelectual contemporánea de referencia para la historia de la educación. Se trata de una invitación a pensar la historia, la literatura y la educación como pasiones investigativas que movilizan los estudios y la existencia de la profesora Maria Teresa Santos Cunha.

Palabras clave: mujeres en la docencia; historia de la educación; investigación en historia de la educación.

PALAVRAS INICIAIS

A professora Maria Teresa Santos Cunha é uma referência para historiadores da educação. Densa em suas falas e escritas, reconhecida pela forma gentil e cosmopolita de ser, tem contribuições recorrentes para o campo por meio de eventos, conferências, além de publicações em forma de artigos, livros e capítulos. Seus textos são, ao mesmo tempo, densos e leves, reveladores de uma sensibilidade ímpar de quem, com domínio teórico-conceitual, sabe comunicar, sem deixar de seduzir leitores pelo jogo de palavras. Maria Teresa “escova as palavras” (Barros, 2003) e produz resultados investigativos profundos que, a partir de sujeitos individuais, permitem entrever histórias da educação em diferentes contextos temporais. Esta entrevista soma-se à outra, conduzida por Almeida (2021). Destaca-se que, nas páginas que seguem, a professora e pesquisadora Maria Teresa Santos Cunha sinaliza sua constituição como intelectual, sua trajetória formativa e, em especial, a construção de objetos investigativos, a sensibilidade para escolher documentos a partir de objetos ordinários e, com eles, produzir o extraordinário.

ENTREVISTA

Terciane Ângela Luchese: Início este diálogo com a professora Maria Teresa Santos Cunha, uma referência na área da história da educação, cuja trajetória profissional e contribuição acadêmica são amplamente reconhecidas. Seu extenso currículo evidencia sua significativa colaboração para o desenvolvimento do campo. Gostaria de começar pedindo que a professora nos contasse um pouco sobre sua história de vida familiar e profissional, destacando a condição de mulher e seus múltiplos papéis – filha, esposa, mãe, professora e pesquisadora.

Maria Teresa Santos Cunha: Inicialmente, quero agradecer o convite, pois esta possibilidade de entrevista atesta a vitalidade das abordagens em história da educação no tempo presente, além de sua capacidade de suscitar questões para debate. Para iniciar, cito um escrito da professora Maria Lúcia Pallares-Burke (2000, p. 12) sobre a entrevista “[...] como um gênero capaz de apreender a ideia em movimento”. Nesse sentido, cabe responder ao solicitado, em um movimento pessoal sobre minha trajetória. Nasci em Florianópolis (SC), em 1951. Sou filha mais velha de um jornalista e de uma professora primária. Criada em um universo leitor, convivi com revistas, jornais e livros desde pequena e recordo a presença das revistas *Manchete*, *Cruzeiro*, *Fatos & Fotos* e, já nos finais da década de 1960, a revista *Realidade*. Todas circulavam em nossa casa. O hábito de ler foi incentivado pelos meus pais e por minha avó, que me presenteavam com livros, uma aventura iniciada quando fui alfabetizada, nos finais da década de 1950. Com livros e leituras, abriu-se um universo que até hoje me encanta: regalar-me com palavras! Sou casada e mãe de três filhos e, orgulhosamente, afirmo que consegui incutir neles o doce vício dos livros. Fui professora primária, normalista, com curso feito no Instituto de Educação de Santa Catarina, em Florianópolis, em 1969. Em janeiro de 1970, aos 18 anos, prestei o primeiro vestibular unificado da Universidade Federal de Santa Catarina

(UFSC), de acordo com a discutida reforma universitária de 1968. Optei pela área de ciências humanas e sociais e, dividida entre cursar letras e história, optei, finalmente, pelo curso de graduação/licenciatura em história (1970-1973). Formada, deixei o magistério primário (fui alfabetizadora) e iniciei minha carreira no então chamado ensino de 1º grau (5ª a 8ª série) e 2º grau (1º a 3º ano) no Colégio de Aplicação da UFSC (período vespertino) e no Colégio Catarinense (período matutino), instituição religiosa dirigida por padres jesuítas, ambos em Florianópolis. Ministrei aulas de História de Santa Catarina, História do Brasil e Organização Social e Política do Brasil/OSPB, então obrigatória. Fiz mestrado (1978-1981) em história do Brasil na Universidade Federal de Santa Catarina, com uma pesquisa no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro sobre um historiador catarinense que publicava, quinzenalmente, entre 1911 e 1959, artigos sobre a história de Santa Catarina (Lucas Alexandre Boiteux). Antes de terminar o mestrado, fiz concurso e ingressei no Centro de Ciências da Educação da UFSC para ministrar a disciplina Metodologia e Prática de Ensino de História. Entre 1991 e 1994, cursei doutorado em educação - história e filosofia na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP/USP). Nos finais da década de 1980, iniciei minha participação em grupos que discutiam processos de feminização no magistério e tive contato direto, em cursos, conversas, visitas, leituras e congressos, com essas pesquisas. Conheci obras de autoras nacionais que atuavam na história da educação – Guacira Lopes Louro (UFRGS), Eliane Marta Teixeira Lopes (UFMG), Marta Chagas de Carvalho (USP). Na UFSC, convivi com amigas professoras que foram importantes na minha formação. Destaco a historiadora Joana Maria Pedro; a antropóloga Mirian Pilar Grossi; e da área de literatura, Tânia Regina de Oliveira Ramos, entre tantos outros nomes. Esse convívio abriu novos horizontes e outras aprendizagens sobre as questões femininas que atravessam nossas vidas. Saliento que, apesar de a vida de uma pessoa professora/pesquisadora não condicionar exatamente o que ela escreve, sua prática de escrita ressoa aquilo com o que ela se solidariza, e isso transparece em minhas produções, por exemplo. Gosto de pesquisar, notadamente, os chamados egodocumentos presentes, em geral, em arquivos pessoais nos quais continuo atuando até os dias atuais. Eles, não raro, contêm muitos documentos em suporte papel e, na ânsia de salvaguardá-los, realizei cursos de restauro de papéis antigos (higienização básica e preservação). Na pesquisa com arquivos pessoais, abriu-se um horizonte para as questões patrimoniais que envolvem esses documentos como patrimônios educativos.

Terciane Ângela Luchese: Conte-nos um pouco mais sobre suas escolhas profissionais. Por que a docência? Alguma relação com a condição feminina?

Maria Teresa Santos Cunha: Seria mais cômodo e até mais apaziguador se eu escrevesse que “sempre quis ser professora” – isso pouparia outros esforços. Mas não me tornei professora movida exclusivamente por esse interesse ou desejo inicial. Não tenho lembranças de brincar de escola na minha infância – mesmo sendo filha de professora primária – ou mesmo de ser instada a tentar ensinar meus irmãos mais novos. Ouso pensar que, diferentemente das meninas de minha idade, a única atividade de que eu gostava mesmo era de ler, copiar e escrever, além de folhear revistas coloridas para saber de notícias em evidência, ver as páginas de modas e até colecionar recortes da revista *O Cruzeiro* na seção “Lar, Doce Lar” sobre receitas culinárias. Em 1963, organizei, como tarefa escolar, meu primeiro caderno de receitas, que já mereceu estudos atuais na perspectiva da memória (Cunha, 2025). A pergunta persiste: por que magistério? Quando eu penso sobre a minha profissão, gosto de dizer que ser professora não era, em princípio, um destino traçado e tampouco foi meta estabelecida desde cedo ou sequer resultou de uma “vocação” previamente definida. A saída, como normalista formada pelo Instituto Estadual de Educação, em dezembro de 1969, apontava para a continuidade de meus estudos no ensino superior. Nesse sentido, o ingresso na profissão de professora primária significava uma garantia de emprego

público, notadamente para aquela parcela de mulheres provenientes das classes médias urbanas, brancas, jovens, em geral. O trabalho como professora primária sinalizava uma inserção mais rápida no mercado de trabalho, além de ser exercido em um turno que dava possibilidades de continuar meus estudos no turno contrário. Havia, ainda, uma união de outros valores ligados a esse trabalho que eu sempre cultivei: comprometimento, seriedade, pontualidade e, principalmente, gostar de estar e conversar com pessoas de todas as idades. Com o correr do tempo, durante minha atuação no Colégio de Aplicação e no Colégio Catarinense, a profissão de professora foi se insinuando aos poucos, ganhando sentido na experiência diária, até transformar-se em uma escolha consolidada. Consolidação essa que se materializou pelos afetos construídos no exercício de ensinar; pelos desafios vivenciados na prática cotidiana de ensinar/aprender; pelos vínculos estabelecidos com a comunidade escolar; pelo exercício de pesquisa, tanto para o preparo de aulas como nos arquivos, mexendo em documentos em suporte papel. Tudo isso, junto e misturado, solidificou este pertencimento que me autoriza a afirmar, em pleno século XXI, o encantamento que tenho em estar em sala de aula, em contato com meus alunos e alunas, em compartilhar cursos com meus colegas de ofício, em pesquisar e, especialmente, em desenvolver as atividades do GARPE (Grupo de Pesquisa Arquivos, Arquivos Pessoais, Patrimônio e Educação). Uma atividade que gosto de fazer (e faço com atenção e prazer) é dar pareceres para artigos e projetos. Aprendo muito e fico atualizada com as novas abordagens. Ao longo de minha carreira, contabilizo, a partir do ano de 2000, mais de 470 ações nesse sentido. Trabalhar na educação, dar cursos, fazer gestão, preservar e escrever arquivos pessoais, falar sobre tudo isso tem sido uma atividade prazerosa que não deixa escapar o essencial para uma historiadora, qual seja, ser dependente de arquivos em variados suportes e em diversos formatos.

Terciane Ângela Luchese. E na sua formação – da graduação à pós-graduação, quem foram as referências e quais os diálogos mais frutíferos? Conte-nos um pouco.

Maria Teresa Santos Cunha. Sou graduada (1973) e mestra em história do Brasil (1982) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e doutora em educação – história e filosofia (1995) pela Universidade de São Paulo (USP). Professora primária pela Prefeitura Municipal de Florianópolis (1969-1973). Docente do Colégio de Aplicação da UFSC e do Colégio Catarinense entre 1974 e 1977, professora da UFSC entre 1977 e 1998 e da UDESC (Universidade do Estado de Santa Catarina), entre 1998 e 2023, em Florianópolis/SC. Na UFSC, atuei no Programa de Pós-Graduação em História e, na UDESC, no Programa de Pós-Graduação em História e no Programa de Pós-Graduação em Educação. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq desde 2007 e professora titular aposentada, agora pela UDESC, desde 2023, totalizo 53 anos efetivos de atuação no magistério. Durante a graduação, no período ditatorial, não presenciei muitas manifestações dentro do próprio curso ou mesmo no campus da UFSC. Registro que as leituras de autores clássicos – Marx e Engels, por exemplo – eram praticamente inexistentes. Entretanto, lemos obras de Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Júnior, autores mais ligados ao materialismo histórico. Durante o mestrado e, depois, durante o doutorado, em seminários e estudos, tomei contato com obras até então pouco conhecidas. Entretanto, um saber didático, incentivado na licenciatura em história, forneceu-me estratégias para ação nas turmas de adolescentes, nas quais atuei no início da carreira docente, e mesmo para a atividade docente no ensino superior. Em 1978, fiz seleção para o recém-criado curso de mestrado em história da UFSC, pioneiro em Santa Catarina, sob coordenação do professor doutor Walter Fernando Piazza. A dissertação foi defendida em 1981. Torna-se imperativo contar que ler livros de literatura e frequentar disciplinas de redação e literatura brasileira no curso de letras da UFSC foi sempre uma constante e uma opção pessoal por total gosto. Entre 1984 e 1990, li e frequentei cursos sobre autores nacionais, como Guimarães Rosa, Pedro Nava, Adélia Prado, Machado de Assis, Cecília Meireles, e houve publicações desses estudos

em suplemento literário no *Jornal de Santa Catarina*, já extinto. Na UFSC, ministrei disciplinas do curso de história e de ciências sociais, participei como membro da editora e coordenei, durante seis anos, a elaboração de provas para o vestibular unificado através da Coperve (Comissão Permanente do Vestibular). Comecei a pensar no doutorado nos finais da década de 1980. Eu não queria fazer um doutorado aqui na minha cidade, porque tinha ânsia de conhecer outras possibilidades. Como várias amigas do curso de história da UFSC estavam se deslocando a São Paulo para formação, eu arrisquei. Em 1991, fui aprovada para fazer o doutorado em educação na USP, tendo em vista estar ligada ao Centro de Ciências da Educação da UFSC. Isso mudou muito minha percepção da vida acadêmica. Participei de eventos acadêmicos, visitei livrarias e sebos, congressos, rodas de leitura, aulas com professores renomados, bibliotecas, museus, exposições, shows e musicais – uma experiência cosmopolita em seu sentido mais profundo. Entre 1991 e 1995, fiz um total de 231 viagens entre Florianópolis e São Paulo (*Diário de Viagens*), pois ficava em São Paulo entre segundas e quintas-feiras à noite, voltando para Florianópolis até domingo. Já era mãe de três filhos e tenho um companheiro que compartilhava os cuidados com as crianças, naquele período. Sou grata à UFSC, pois tive total afastamento das atividades profissionais e bolsa da CAPES durante todo o curso. A tese foi uma junção dos meus gostos: história, literatura e educação. Analisei uma coleção de romances para moças na perspectiva da história cultural, com diálogos com Roger Chartier, Michel de Certeau, Hans Robert Jauss (estética da recepção), entre outros. Parti da problematização da leitura literária como formadora de imaginários românticos cujo fim canônico era o casamento através do “felizes para sempre”. A única profissão incentivada às mulheres nesses romances era ser professora, e trabalhei o ofício de ensinar veiculado como uma forma de maternagem simbólica que, infelizmente, ainda tem ressonâncias no século XXI. A orientação precisa, segura e competente foi da professora doutora Jerusa Vieira Gomes (USP), com formação em psicologia. A tese foi publicada em 1999, em forma de livro (Cunha, 1999). Aposentei-me na UFSC em janeiro de 1998. Depois de ter defendido a tese, assumi que em meus escritos haveria sempre uma referência ao literário, seja em epígrafes, diálogos ao longo do texto, rodapés, folhas de guarda etc. Esses registros, às vezes, encolhidos e discretos, sobrevivem como uma espécie de conversa ao pé da orelha, em que vozes distintas se misturam sem hierarquia e sem pudor nas páginas escritas. Considero o diálogo com a literatura muito frutífero e um valor fundamental do qual não abro mão. Através da leitura literária, em especial, a pessoa consegue evoluir, aprender novas coisas, crescer intelectualmente, aumentar o vocabulário e ter acesso a um mundo diferente do seu. Ler literatura é viajar, é habitar outros mundos sem sair do lugar, ser outro sem deixar de ser a gente mesmo. Enfim, é a possibilidade de viver as mais ousadas aventuras sem perder o juízo ou trair o coração. Como historiadora, o prazer de trabalhar com o passado é buscar uma possível construção textual de mundos perdidos. Reconheço que é uma operação, muitas vezes, mais literária, e que há, na escrita da história, uma disputa entre imaginação e razão que muitas vezes não se reconhecem. O que eu tento fazer é levar a imaginação e a razão a uma coexistência pacífica. É evidente que a literatura não é “espelho” do que aconteceu e, por este motivo, o texto literário não pode ser apropriado sem a necessária e suficiente crítica documental como texto, como prática de escrita e como produto de uma época. A história tem regras e métodos graças aos quais podemos evitar alguns erros e limitar o subjetivismo. Uma das possibilidades é considerar tanto a literatura quanto a escrita historiográfica como formas de representação, como o efeito, o resultado ou o produto de uma prática. Um horizonte de expectativa que se abre nesta delicada relação entre história e literatura comporta que a historiografia da educação possa pensar a literatura como prática simbólica, que coloca em cena determinados materiais e objetos, conferindo a eles determinados valores de uso, de fontes e de esclarecimento de uma situação. Para isso, é preciso

não deixar que a teoria soterra a empiria, é preciso não descuidar da leitura, inclusive de obras literárias, mas tendo sempre bem explícito que literatura não é história.

Terciane Ângela Luchese: Sua sensibilidade para a escrita e para a construção de objetos investigativos densos, mas ao mesmo tempo atentos ao cotidiano e ao ordinário, é um diferencial, bem como a densidade teórica com que os analisa. Poderia nos contar um pouco mais sobre a pesquisa, a construção dos objetos investigativos e as práticas de escrita?

Maria Teresa Santos Cunha: Desenvolvi uma espécie de paixão investigativa que me leva a escolhas intelectuais e sensíveis de olhar para aquilo que, à primeira vista, parece insignificante. Modestamente, somo-me a muitos historiadores, antropólogos e estudiosos da cultura material que encontraram justamente nos objetos ordinários uma porta de entrada para compreender experiências humanas, memórias e práticas sociais. Como historiadora, sempre me atraíram os objetos comuns, aqueles que habitam discretamente o cotidiano e pouco despertam atenção. Cito, por exemplo, minha própria tese de doutorado, que foi um estudo sobre uma coleção de romances para mulheres tidos como “literatura cor-de-rosa” e que estavam esquecidos. Enquanto os artefatos excepcionais costumam ser celebrados por sua raridade ou valor, são os objetos ordinários que alimentam minha curiosidade investigativa: aqueles guardados em gavetas, esquecidos em estantes, acumulados em caixas ou preservados sem intenção aparente e, não raro, sem vínculos institucionais. Gosto mesmo é de coisas velhas que carregam testemunhos e marcas de vidas vividas, afetos, rotinas e experiências. Vejo nesses vestígios banais uma potência narrativa singular. Uma caderneta de anotações, uma fotografia desgastada, uma coleção de diários pessoais, um conjunto de cadernos de receitas culinárias, relíquias (santinhos, flores secas, bilhetes esquecidos dentro de um livro), dedicatórias e cartas trocadas são egodocumentos e meus alvos preferidos. Ao estudá-los, considero-os muito mais do que simples objetos, pois lhes dou historicidade ao colocá-los na ordem do tempo, do mutável, e ao problematizá-los como fontes, por exemplo. Eles constituem testemunhos silenciosos de práticas culturais, formas de sociabilidade e modos de habitar o mundo. Interessa-me compreender os significados que lhes foram atribuídos, os percursos que percorreram e as memórias que preservam. Assim, todo objeto, quando alvo de perguntas e problematizações feitas pelo historiador, torna-se fonte histórica. Ela não existe em si, por exemplo, apenas por ser antiga; a historicidade somos nós que lhes fornecemos. Comecei a trabalhar com diários femininos e, com eles, escrevi artigos e livros, e apresentei trabalhos em eventos variados, tanto na área de história quanto de educação e de antropologia. Tive muita acolhida nesses temas, a ponto de receber muito material como dádiva das pessoas que me escutavam. Recebi uma coleção de cartas pessoais trocadas entre duas amigas entre 1967 e 1968. Delas, resultou um artigo e a organização de um livro com Maria Helena Câmara Bastos (PUCRS) e Ana Chrystina Venancio Mignot (UERJ), com quem fiz outras parcerias em livros e artigos (Bastos; Cunha; Mignot, 2002; Mignot; Bastos; Cunha, 2000). As dedicatórias presentes nos livros antigos no acervo do Museu da Escola Catarinense, em Florianópolis, foram alvo de um catálogo explicativo sobre aquelas sociabilidades (Cunha e Souza, 2015). Assim, é possível considerar que minha investigação se liga justamente a essa disposição para interrogar o aparentemente trivial. O que para muitos é apenas um objeto comum, para mim é uma fonte de indícios, deixa rastros e se constitui como pista capaz de construir histórias, sensibilidades e experiências frequentemente ausentes dos registros oficiais. Nesse sentido, essa já detectada paixão investigativa reside na busca pelo extraordinário contido no ordinário, na convicção de que os pequenos fragmentos da vida cotidiana podem iluminar aspectos fundamentais da experiência humana. Por exemplo: uma história dos objetos está, quase sempre, associada a uma história de alguém. Muitas vezes, envolve até histórias de amor; são materiais biográficos. Os materiais ordinários com os quais trabalho – cartas, dedicatórias em livros, álbuns de recordação, cadernetas de anotações de leitura, catecismos,

livros de rezas, cadernos escolares, entre outros – podem ser utilizados nas práticas de escrita como gatilhos narrativos, transformados em fontes documentais e problematizados como mediadores da memória. Em vez de serem tratados apenas como objetos comuns, eles passam a funcionar como dispositivos que evocam lembranças, emoções, experiências e relações sociais. A partir desse material, é possível dialogar com perspectivas da cultura material, da micro-história e dos estudos sobre memória e arquivos pessoais. A escrita produzida a partir desses vestígios apoia-se em uma atenção ao detalhe, ao fragmento e ao indício. Cada marca de uso, anotação ou sinal de desgaste pode desencadear narrativas, evocar lembranças e suscitar interpretações sobre modos de vida, práticas culturais e trajetórias individuais. Assim, os materiais ordinários não apenas preservam memórias, mas também produzem possibilidades de escrita, tornando visíveis histórias que frequentemente permanecem à margem dos grandes acontecimentos e dos arquivos oficiais.

Terciane Ângela Luchese: O campo da pesquisa e da docência é também um espaço para a construção de parcerias e amizades intelectuais. Poderia nos falar um pouco mais sobre esses vínculos e suas ressonâncias nos seus caminhos investigativos?

Maria Teresa Santos Cunha: Com certeza. O trabalho acadêmico não se faz sozinho; entretanto, é conveniente lembrar que o trabalho coletivo na academia nem sempre é fácil e pode até ser tenebroso. Mas aqui convém, principalmente, falar de sentimentos e esperanças que devem por certo impregnar toda pesquisa coletiva. Nesse aspecto, eu tenho sido muito agraciada com belas parcerias. O exercício da amizade “[...] inventa lugares de convivência e laços de resistência” (Vincent-Buffault, 1996, p. 9) e propicia um sentimento capaz de ampliar as zonas de experiência e de saber, de incentivar o sonho e a imaginação e, ao mesmo tempo, de repensar o cotidiano e partilhar perplexidades e estranhamentos diante do mundo. A amizade, entendida como vínculo ético e afetivo, atua como mediadora de aprendizagens. Ela possibilita a criação de um ambiente de confiança e reciprocidade, em que nos autorizamos a questionar, errar, perdoar, experimentar e reinventar nossas práticas. Assim, as conversas sobre o cotidiano da profissão — suas dificuldades, sucessos e dilemas — adquirem valor formativo, constituindo-se como um processo de reflexão sobre a prática. O convívio fortalecido em parcerias, participações em bancas e viagens facilitou a construção de vínculos profissionais e de amizade, entre nós, mulheres professoras, baseados na cooperação, na solidariedade e no compromisso recíproco com as pesquisas em história da educação no e do Brasil. Afetos esgarçados e experiências renovadas a meio caminho entre a ilha onde nasci e vivo e o Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, São Paulo e o Ceará são sinais de vida. Com essas amigas, desejo estar junto quando o mundo outra vez “dobrar uma esquina”. Sempre temerosa em esquecer nomes, cito parcerias femininas nos trabalhos de história da educação e história do tempo presente que persistem ao longo dos anos. Entre tantas, cito Maria Helena Câmara Bastos (UFRGS), Maria Celi Chaves Vasconcelos (UERJ), Dóris Bittencourt Almeida (UFRGS), Luciane S. Sgarbi Grazziotin (UNISINOS/RS), Vania Grim Thies (UFPel/RS), Maria Bernardete Ramos Flores (UFSC), Carlota Boto (USP), Cristiani Bereta da Silva (UDESC), Ana Luiza Ramos Santiago de Andrade (UDESC), Vera Lucia Gaspar da Silva (UDESC), Raquel Discini Campos (UFU/MG), Alice Rigoni Jacques (Memorial Colégio Farroupilha/RS), Alessandra Furtado (UFGD/MS), Tatiane de Freitas Ermel (Espanha), Terciane Ângela Luchese (UCS/RS), Diana Gonçalves Vidal (USP), Maria Cristina Menezes (UNICAMP), Tania de Luca (UNESP), Juraci Maia Cavalcanti (UFC). Em recente publicação (Cunha, 2026), insisti que a amizade e a parceria acadêmica entre nós, mulheres e professoras, incluem um desafio constante de aceitação das diferenças de pensamento, e isso nos ensina a conviver com nossas imperfeições humanas. Ela pode se constituir como um espaço fecundo de formação continuada, em que o diálogo, a escuta e a partilha de vivências acadêmicas e pessoais se transformam em práticas formadoras, em afetos exercidos e em produções acadêmicas conjuntas. A amizade, nesse

sentido, se constitui como um lugar de formação afetiva, ética e reflexiva, em que o aprender com o outro ganha sentido profundo. As experiências educativas vividas por mim e aqui narradas não se construíram apenas em contextos institucionais ou formais, mas também nas relações interpessoais que se estabeleceram a partir de outros expedientes para além do exercício da docência, contribuindo para a conformação de um campo de formação situado, sensível e relacional. Em meus caminhos investigativos, ao longo dessa longa carreira, posso afirmar que, na troca de ideias e materiais para aulas e pesquisas, nas conversas sobre nossa profissão, encontrei ressonâncias ao meu trabalho, aprendo muito e até ensino. Estou sempre aberta para ler e discutir textos, artigos e novidades bibliográficas no campo da história da educação e da história do tempo presente, especialmente no trato com arquivos pessoais. Trocar bibliografias, colaborar para manter um site sobre nosso grupo de pesquisa sobre arquivos pessoais e buscar novas bibliografias favorecem o intercâmbio de perspectivas teórico-metodológicas, o compartilhamento de arquivos e fontes documentais, por exemplo, que levam a construção coletiva do conhecimento.

Terciane Ângela Luchese: A docência e a pesquisa nos conduzem para práticas de leitura. Conte-nos um pouco sobre suas leituras e como elas reverberam em suas pesquisas e produções.

Maria Teresa Santos Cunha: Em abril de 1998, já aposentada da UFSC, fui aprovada em concurso público para o Departamento de História da UDESC (Universidade do Estado de Santa Catarina), ligado à Faculdade de Educação (FAED). Iniciei uma nova etapa em minha carreira acadêmica. Pensando hoje sobre aquela ousadia de um novo concurso, aos 46 anos de idade, acredito que minha formação e minha experiência, provavelmente, atuaram como diferenciais. A UDESC/FAED não tinha nenhum curso de mestrado credenciado pela CAPES. Fui convidada a integrar a equipe para propor um curso de mestrado em educação e, junto com a professora Elisa Maria Quartiero, compus a primeira equipe coordenadora do mestrado em educação da UDESC. No mesmo período, também participei da equipe para a criação do mestrado em história, ambos aprovados pela CAPES, em 2006. Na graduação em história, na UDESC, atuei na Metodologia de Ensino em História e em uma disciplina denominada Patrimônio Cultural, ambas oferecidas para o curso de licenciatura em história. Esta possibilidade abriu-se com a criação do Laboratório de Patrimônio Cultural, junto com a professora Janice Gonçalves, colega de departamento com vasta experiência e formação na área. Juntas, levávamos os alunos e alunas a intervenções – limpeza, catalogação, estudos etc. – em documentações nas instituições de guarda e memória, como o Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina, o Museu Cruz e Souza, a Casa da Memória, o Museu da Escola Catarinense, a Associação dos Ex-Combatentes de Santa Catarina, a Academia Catarinense de Letras de Santa Catarina, o Instituto de Documentação e Investigação de Ciências Humanas (IDCH/UDESC), a Biblioteca Pública, entre outras, em Florianópolis. Nessas incursões, voltei meu olhar, mais distintivamente, aos arquivos pessoais, considerando que, entre 2014 e 2017, pesquisei e fui coordenadora do Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH/UDESC), que abriga arquivos pessoais de professores e professoras. No PPGE/UDESC, iniciei, em 2007, com a disciplina História da Educação Brasileira e, no PPGH/UDESC, com a disciplina História da Leitura no Tempo Presente. Essas iniciativas justificavam-se pela necessidade de ampliar o repertório teórico e metodológico dos estudos históricos, incorporando perspectivas que, a partir das últimas décadas do século XX, renovaram profundamente a área de ciências humanas e sociais. Embora as abordagens de matriz marxista tenham oferecido contribuições decisivas para a compreensão das estruturas econômicas, das relações de classe e dos conflitos sociais, a história cultural deslocou o olhar para as formas pelas quais indivíduos e grupos produzem significados, constroem representações, elaboram memórias e atribuem sentidos às suas experiências. De igual maneira, a História do Tempo Presente trouxe, além de novos teóricos, a valorização dos testemunhos e a ressignificação da memória, como primeira aproximação à história,

além da história oral, como uma metodologia exemplar. Essas disciplinas, em dois programas de pós-graduação, tinham, juntas, um diferencial, que se materializou em oferecer aos estudantes instrumentos conceituais e metodológicos para analisar a complexidade das sociedades históricas, dialogando criticamente com diferentes tradições historiográficas e reconhecendo que os processos históricos são constituídos tanto por relações materiais quanto por universos simbólicos. Trata-se, portanto, de uma formação que complementa as interpretações estruturais, ampliando as possibilidades de investigação e de compreensão da experiência humana em sua diversidade. Essa renovação revelou a riqueza analítica de fontes antes consideradas ordinárias, como diários pessoais, cadernos escolares, catecismos, correspondências, fotografias, arquivos pessoais e outros artefatos da cultura material. Tais documentos possibilitam investigar as práticas educativas, as experiências dos sujeitos e os modos pelos quais saberes e valores foram apropriados, reinterpretados e transmitidos. Autores como Reinhart Koselleck, François Hartog, Henry Rousso, Paul Ricoeur, François Dosse e Olivier Dumoulin estavam entre aqueles que nos instigavam na História do Tempo Presente. Os espanhóis Antonio Viñao Frago, José María Hernández Díaz, Pablo Álvarez Domínguez, Agustín Escolano e as brasileiras Marta Chagas de Carvalho, Maria Helena Câmara Bastos, Diana Vidal, Carlota Boto, Rosa Fátima de Souza e Betânia Laterza Ribeiro passaram a ser estudados com mais afinho, e suas contribuições reverberaram em variadas produções e nos meus cursos. Desde 2023, tenho a felicidade de total dedicação à pesquisa em arquivos pessoais, sempre consciente de que não há arquivamento sem triagem. Arquivar é classificar, organizar, escolher. Não dispenso o diálogo literário nas minhas pesquisas e, conseqüentemente, nas minhas escritas. Considero a literatura uma arte que tem a palavra como matéria-prima. Ela representa o lugar onde a palavra adquire vigência plena, máxima, substantiva. Nesse contexto, a literatura também se apresenta como uma fonte privilegiada para a compreensão dos universos educativos. Narrativas ficcionais, memórias, autobiografias e crônicas permitem acessar representações da escola, dos professores, dos alunos e das práticas culturais ligadas à formação dos sujeitos, das cidades etc. Os textos literários produzem sentidos sobre a história e a educação, tornando-se importantes objetos de análise para a escrita historiográfica, desde que problematizados, como já apontei anteriormente. Com humildade, aprendi a ser fiel a meus livros velhos, lidos e relidos, que, no fundo, são um pouco a minha autobiografia: bons, consagrados ou não, pouco importa!

Terciane Ângela Luchese: E o contato com os estudantes e os orientandos? Conte-nos sobre suas experiências nesse percurso.

Maria Teresa Santos Cunha: As relações com os estudantes e orientandos são, em geral, delicadas e sensíveis, e comportam aprimorar o senso ético, em mão dupla. No plano ideal, como eu gosto de gente, acho que consegui manter, em sua maioria, um bom ambiente de pesquisa e de trabalho. Gosto de encaminhar os trabalhos, em conjunto, deixando explícito que não é uma relação filial, às vezes materializada em certa dependência. São formas de alianças que atendem a interesses mútuos, não exigem compatibilidade total. Reconheço que, algumas vezes, tive que ser rígida com prazos e leituras, mas nada que não fosse solucionado com boas conversas. Há trabalhos que são e foram feitos e cumpridos à risca, e indicam o papel da orientação nas atitudes que integram o uso do profissionalismo que deve ter quem orienta, tais como indicações bibliográficas, localização de fontes, leitura criteriosa em tempo hábil – atitude primordial nestas relações acadêmicas –, correções de percursos na temática e na escrita e muito diálogo. Na graduação e no mestrado, a atuação pode ser mais trabalhosa, haja vista uma iniciação e ainda pouco convívio para a escrita e pesquisa acadêmicas aliada a certa “facilidade” tecnológica que exige atenção redobrada. Há que estar atenta para o necessário comprometimento dos estudantes em qualquer nível com a pesquisa e a escrita, ações que demandam certa organização e, sobretudo, tempo. As orientações

em nível de doutorado já pressupõem mais independência e crescimento intelectual para a troca de ideias, referências e mesmo reformulações no percurso e na escrita. De toda forma, são relações arriscadas e delicadas. Envolvem muito trabalho e é cansativo. Registro que tive muito prazer em receber colegas para pós-doutoramento na UDESC, entre 2018 e 2022. Foi um período pleno de trocas, aprendizagens e afetos. Desde 2023, não abri mais vagas de orientação. E não pretendo continuar nesse trabalho.

Terciane Ângela Luchese: E, para finalizar: o que você ainda destacaria como contribuição e desafios para a pesquisa e o ensino em história da educação, hoje?

Maria Teresa Santos Cunha: No século XXI, a história da educação e seu ensino continuam em um movimento de ressignificação, seja pela presença de diversas associações, seja pelos congressos nacionais e internacionais e, principalmente, pelo aumento de linhas de pesquisa a ela dedicadas nos programas de pós-graduação nacionais. Esse movimento propicia ampla circulação de livros, pesquisas e debates, que são tributários do avanço de investigações em diferentes horizontes espaciais e de interpretação. Saliento, igualmente, que, se até a década de 1980 o ensino da história da educação era um campo exercido majoritariamente pelos pedagogos e filósofos de formação, verifica-se, no cenário atual de 2026, um aumento da presença e do trabalho de pesquisadores e pesquisadoras com diversas formações, como historiadores, sociólogos, bibliotecários, entre outros responsáveis por mostrar que a descentralização profissional e mesmo teórica também constrói pesquisadores atentos ao mundo em mudança. Esses profissionais, em conjunto, inovam nas temáticas e na escrita e, muitas vezes, ao usar elementos ficcionais – suposições, inferências, dúvidas – problematizam objetos aparentemente negligenciáveis, o que é salutar. Povoam cenas em cores mais vivazes; dialogam com vários campos disciplinares, como a literatura; e, ao fazerem uso de variadas abordagens, tecem estratégias de engajamento e mesmo sedução dos leitores com o texto. Continuo a defender a ideia de que não há coisas desimportantes, pois todas elas permitem conhecer o mundo, com as sensibilidades que nos marcam e, não raro, produzem um arriscado desequilíbrio das certezas. Insisto que a curiosidade é condição fundamental e motor de criação. Curiosidade envolve um desejo de descaminho. É absolutamente humano duvidar, perder algumas certezas asfixiantes para mirar outros horizontes. Curiosidade não é um passeio imperial em que tudo é previsível; o importante é ir anexando outras possibilidades metodológicas e teóricas para a escrita e circulação do tema pesquisado. Desenvolvi um critério pessoal para minhas escritas: só se pesquisa movida pela curiosidade e pelo desejo e, ousado dizer que, juntos, desejo e curiosidade, geram comprometimento e que, sem eles, não dá nem para atravessar a rua! Entretanto, essa abordagem também apresenta desafios. Um dos principais consiste em evitar a leitura ingênua dos objetos e dos documentos como “espelhos transparentes da realidade”. Em história, não se resgata nada, pois resgatar é trazer por inteiro; e nós só trabalhamos com fragmentos, inícios, vestígios. Tanto os artefatos quanto as narrativas são construções históricas atravessadas por seleções, silêncios, intencionalidades e processos de significação. Outro desafio refere-se à necessidade de desenvolver procedimentos metodológicos capazes de articular diferentes tipos de fontes e escalas de análise, conciliando materialidade, memória, representação e contexto histórico. Tento utilizar estes procedimentos na pesquisa atual com arquivos pessoais, ao estudá-los como integrantes dos patrimônios educativos. Entre as principais contribuições dessa perspectiva, destacam-se a valorização das experiências individuais, a atenção aos aspectos sensíveis da vida escolar, a presença de vozes frequentemente silenciadas pelos arquivos institucionais e mais visíveis em arquivos pessoais, o estudo da imprensa escolar e geral. São pesquisas que abrem horizontes para compreender a educação em espaços que extrapolam a formalidade da escola e permitem investigar práticas educativas inscritas no cotidiano, nas relações familiares, nas leituras, nos afetos e nas formas de circulação da cultura escrita.

Agradeço a oportunidade de rever passagens de minha trajetória e reafirmo insistentemente que é muito difícil – e até ousado – contar-se, e que esta entrevista foi realizada no presente a partir de acontecimentos pretéritos, o que comportou rever lembranças e acumular esquecimentos – porque a memória presentifica os fatos passados. No fundo, historiador gosta mesmo é de pesquisar a vida dos outros! Por este motivo, termino com a citação de um autor que me traz apaziguamentos...

Quantas vezes nós contamos a história da nossa vida? Quantas vezes nós ajustamos, embelezamos, editamos espertamente? E quanto mais longa a vida, menos são os que ainda estão por perto para nos contradizer, para nos lembrar que nossa vida não é a nossa vida, mas apenas a vida que nós contamos a respeito de nossa vida. Contamos para outros, mas – principalmente – para nós mesmos (Barnes, 2012, p. 103).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Dóris Bittencourt. Entrevista com a professora Maria Teresa Santos Cunha. *História da Educação*, Porto Alegre, v. 25, e110247, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/110247>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/110247/pdf>. Acesso em: 14 jul. 2026.
- BARNES, Julian. *O sentido de um fim*. Tradução de Lés Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.
- BARROS, Manoel de. Escova. In: BARROS, Manoel de. *Memórias inventadas: a infância*. São Paulo: Planeta, 2003.
- BASTOS, Maria Helena Câmara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. *Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: UPF Editora, 2002.
- CASTILLO GÓMEZ, Antonio. *Escribir y archivar los egodocumentos*. Coloquio Internacional. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá de Henares, 2013.
- CUNHA, Maria Teresa Santos. *Armadilhas da sedução: os romances de M. Delly*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- CUNHA, Maria Teresa Santos. (De)cantar memórias: viagens, parcerias e experiências educativas entre duas amigas professoras (décadas de 1990-2020). In: *O ontem com olhos de hoje: contribuições de Maria Helena Câmara Bastos para a História da Educação*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2026. p. 111-134. No prelo.
- CUNHA, Maria Teresa Santos. Nos arquivos da memória escolar: um livro para crianças e um caderno de receitas culinárias. In: SÁ, Elizabeth Figueiredo de; FERREIRA, Antonio Gomes; RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza (org.). *Vivências na escola primária no Brasil e em Portugal*. Uberlândia: Editora da UFU, 2025. p. 311-320.
- CUNHA, Maria Teresa Santos; SOUZA, Flávia de Freitas. *Viver e escrever: cadernos e escritas ordinárias de um professor catarinense (século XX)*. Florianópolis: Insular, 2015.
- MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; BASTOS, Maria Helena Câmara; CUNHA, Maria Teresa Santos (org.). *Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica*. Florianópolis: Mulheres, 2000.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da história: nove entrevistas*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

VINCENT-BUFFAULT, Anne. Da *amizade*: uma história do exercício da amizade nos séculos XVIII e XIX. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1996.

Submetido em junho de 2026

Aprovado em julho de 2026

Informações das autoras

Terciane Ângela Luchese
Universidade de Caxias do Sul (UCS)
E-mail: taluches@ucs.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6608-9728>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7640634913198342>

Maria Teresa Santos Cunha
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
E-mail: mariatsc@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6200-6713>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1895532605964830>